



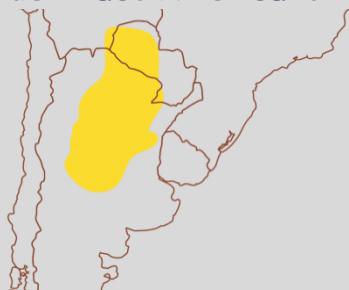
CADERNO DE CASOS

GRANDE CHACO AMERICANO





6

**METODOLOGIA DE DIÁLOGOS E ACORDOS
PARA O ACESSO À TERRA**REGIÃO DAKI-SV:
Grande Chaco AmericanoCATEGORIA PRINCIPAL:
Acesso e Gestão da TerraCATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Inovação e Organização SocialGRUPOS IDENTITÁRIOS:
Comunidades Tradicionais e Povos Originários**1. DADOS GERAIS****1.1 RESUMO**

O acesso às terras por parte das comunidades indígenas e camponesas é um dos principais eixos de conflitos na região do Grande Chaco Americano. Desde o ano de 1981, no contexto das ações da Fundação para o Desenvolvimento em Justiça e Paz (FUNDAPAZ) no Chaco argentino, principalmente nas províncias de Salta, Santiago Del Estero, Santa Fé, Jujuy e Formosa, iniciam-se as tarefas de fortalecimento das organizações e o assessoramento legal para que possam apresentar demandas judiciais ou negociações com os proprietários legais das terras. Dessa prática surgiu uma metodologia denominada Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra.

A metodologia tem sido utilizada nas disputas por terras públicas ou privadas com diversos resultados, mas em todos os casos contribuiu para uma melhor capacidade de gestão política dos conflitos fundiários por conta das comunidades indígenas e organizações *criollas*¹. Além disso, a estratégia se fundamenta no diálogo entre indígenas e *criollos* para alcançar uma solução conjunta e efetiva a ser proposta ao Estado.

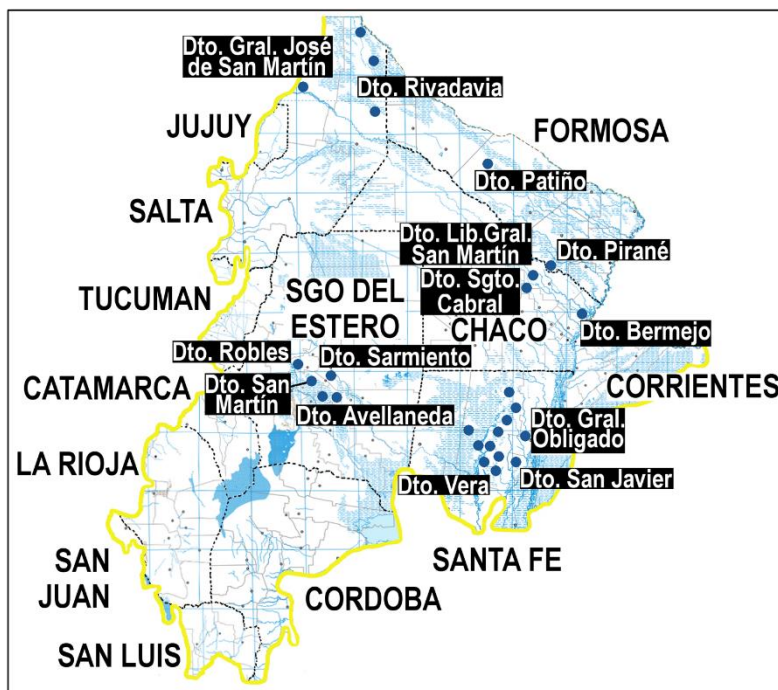
Nesta sistematização, serão abordadas as principais particularidades da iniciativa e aprofundaremos na metodologia a partir de dois casos considerados “bem-sucedidos”: o acesso à terra pela comunidade indígena Wichí da região de *Los Blancos*, província de Salta, Argentina (1981-1997); e a divisão predial e titulação dos lotes 55 e 14 entre as Comunidades Aborígenes *Lhaka Honhat* e população camponesa, província de Salta, Argentina (Anos 1998-2014).

¹ Os *Criollos* são grupos camponeses, não indígenas, de pequenos criadores de gado habitantes da região do Grande Chaco Americano. Nos países de colonização espanhola, o termo *criollo* foi empregado na época para chamar o descendente de espanhol nascido nas colônias da América Latina. Na Argentina, é utilizado para referir-se aos descendentes dos antigos colonizadores que vivem no interior do país.

1.2 LOCALIZAÇÃO

A região do Chaco argentino abrange uma grande diversidade ambiental e social que, atualmente, é ameaçada pelas indústrias extrativistas e pelas mudanças do clima. Essa circunstância afeta negativamente as populações camponesas e indígenas que habitam o território em situação de insegurança jurídica, sem meios econômicos necessários para reivindicar seu direito de domínio e obter títulos de propriedade, apesar da sua posse por muito tempo.

Esta iniciativa é desenvolvida principalmente nas províncias de Salta, Santa Fé, Jujuy e Santiago Del Estero, que fazem parte da região do Grande Chaco Argentino. A porção da província de Salta está localizada no nordeste da província e abrange quatro regiões: Bermejo-Ruta 81, Morillo-Los Blancos, Pilcomayo e Rivadavia Banda Sur. Em Santiago Del Estero a área inclui o centro da província e abrange duas grandes áreas: Robles e Garza. Em Santa Fé, estende-se no norte da província, em duas áreas: Cuña Boscosa e Bajo Submeridionales. A experiência também se desenvolveu nas províncias de Formosa e Chaco.



Mapas 1 e 2 - Fonte: Elaboração própria a partir do uso e modificação de mapas de licença aberta do Instituto Geográfico Nacional da República Argentina, CC BY-SA 4.0, <https://www.ign.gob.ar>.

Nota: O primeiro mapa mostra a localização da região do Chaco na América do Sul. O segundo mapa mostra de forma ampliada a região do Chaco argentino, e estão marcados em azul alguns dos locais onde a iniciativa Diálogos e Acordos de Acesso à Terra foi desenvolvida.

1.3 ATORES PRINCIPAIS

Esta iniciativa é promovida pela FUNDAPAZ com suas equipes territoriais nas províncias de Salta, Santiago Del Estero, Santa Fé e Jujuy. O acesso à água e à terra, a gestão dos recursos naturais, a produção e o fortalecimento das organizações de base são os quatro eixos que estruturam as ações das equipes multidisciplinares com



presença territorial, característica distintiva da fundação. Esse trabalho é feito em conjunto com organizações indígenas e camponesas.

Mais de 100 organizações camponesas e indígenas se congregam no Encontro das Organizações Camponesas e Indígenas do Norte Argentino (ENCONA), presentes em oito províncias (Córdoba, Chaco, Formosa, Jujuy, La Rioja, Santa Fé, Santiago Del Estero e Salta). Algumas delas recebem apoio direto da FUNDAPAZ, graças à existência das equipes territoriais.

Ao longo dos anos, formou-se uma rede de alianças estratégicas incluindo universidades, ONGs, igrejas, organizações técnicas governamentais, governos locais, provinciais e nacionais e organismos internacionais que apoiam e participam dos processos de acesso à terra.

A iniciativa contou com o patrocínio institucional e financeiro de organizações estrangeiras que permitiram manter uma estratégia a longo prazo, para alguns casos de processos muito demorados (de pelo menos 15 anos). Essa ajuda internacional, principalmente de igrejas e suas agências de promoção, é essencial para a sustentabilidade da iniciativa no longo prazo, superando as oscilações políticas locais.

Os processos de regularização fundiária com comunidades indígenas e famílias camponesas do Grande Chaco abrangem 1.227.287 hectares. Até 2020, a iniciativa alcançou 1.269 famílias camponesas, titulando 191.770 hectares, e 3.339 famílias indígenas, titulando 439.948 hectares. Encontram-se ainda em processo de titulação, 2.911 famílias (indígenas e camponesas) para um total de 595.569 hectares. Totalizando 7.519 famílias (camponesas e indígenas) alcançadas pela iniciativa. Em porcentagem, 60% homens e 40% mulheres.

A participação dos jovens na iniciativa acontece, principalmente, no momento do mapeamento participativo, que faz parte do processo de levantamento territorial para demarcar os espaços em disputa.

1.3 ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

No caso da metodologia de Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra, participaram em todos esses anos e nas diferentes províncias uma variedade de atores, dentre eles:

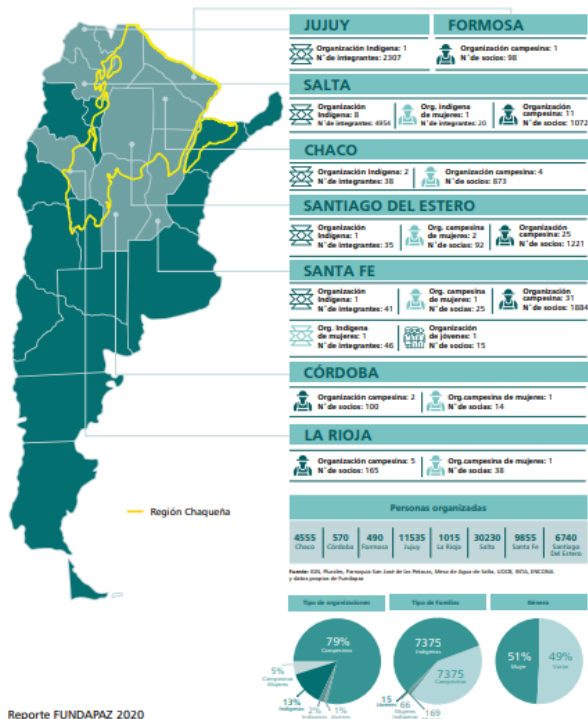
Comunidades e organizações indígenas e camponesas:

Província de Salta: CFC, Vecinos Unidos, Lhaka Honha, As Unión y Progreso, Asociación Zonal Campesina Los Blancos, Asociación Zonal Wichí de los Blancos, Asociación Campesina Del Ocultar, Asociación de Ganaderos De La Unión, Organización de Familias Criollas (O.F.C.), Comunidad de San Patricio, Comunidad de Pagé, Comunidad del Lote 92, Comunidad Los Blancos, Comunidad Lote 8, Comunidad Lote 23, Criollos Lotes 17, 19, 23, Organización T'chot Lhamejenpe, Consejo de Organización Wichí, Asociación de Pequeños Productores del Chaco Salteño, Comisión Zonal de Criollos de Los Blancos, Organización Zonal Criolla Rivadavia Banda Sur, Organización Zonal Wichí Amteé, Comunidad Indígena de Misión San Francisco, Comunidad Guaraní Tabacal, Comunidad Guaraní Iguapeigenda Río Blanco Banda Sur, Comunidad Indígena Kolla Guaraní Río Blanco Banda Norte, Comunidades Indígenas de Alta Cuenca Río Lipeo e Federación Aba Guaraní de Orán.

Província de Jujuy: Asamblea del Pueblo Guaraní.

Província de Santa Fé: Asociación Civil El Carau, Asociación Civil Vida En Libertad, Asociación Civil UOCB, Renacer, El Rejunte, Feriantes Del Nochero, El Pasito y El Progreso, Creciendo Juntos, Organización de Comunidades Aborígenes de Santa Fe (OCASTAFE), Movimiento Provincial de Pequeños Productores de Santa Fe (MoPproFe).



Organizaciones de Base


Reporte FUNDAPAZ 2020

Mapa 3 - organizações participantes na região do Grande Chaco. Fonte: Relatório FUNDAPAZ, 2020 ([clique aqui](#) para acessar).

Província de Santiago Del Estero: Uppsan Boquerón, Uppsan La Candelaria, Apronoc, Vida Del Monte, Grupo Tierra de Nueva Esperanza, APPA, Tonocotes de Cabeza Del Toro, Canal San Ignacio, Movimiento Campesino de Santiago Del Estero (MOCASE).

Essas organizações indígenas e camponesas reivindicam e trabalham para conquistar a propriedade legal de suas terras na região do Chaco.

Organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais: FUNDAPAZ, *Acompañamiento Social de La Iglesia Anglicana Del Norte Argentino (ASOCIANA)*, *Obispado de Salta*, *Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)*, *Instituto de Cultura Popular (INCUPU)*, *Acción Educativa*, *Asociación Amigos Del Aborigen*, *Organización de los Obreros Del Surco*, *Asociación para el Desarrollo Rural (CENEPP)*, *Instituto de los Servicios Agropecuarios del Norte (ISAN)*, *Greenpeace*, *Pastoral Social del Obispado de Santiago del Estero*, *Land Matrix*, *Fundación Cadasta*, *MISEREOR*, *Pan Para El Mundo*, *Fundación AVINA*, *International Land Coalition (ILC)*, *Church World Service (CWS)*, *Plataforma Semiáridos América Latina*.

Essas organizações fornecem apoio técnico, financeiro e político às organizações camponesas e indígenas que lutam por seu direito de acesso à terra.

Atores da esfera pública: Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI), Governo da Província de Salta, Governo da Província de Santa Fé, Governo da Província de Santiago Del Estero, Governo da Província de Jujuy, Programa Social Agropecuário (PSA), Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA).

Algumas dessas agências têm responsabilidades diretas nos conflitos de terras e sua resolução. Outras prestam assistência técnica e apoio às famílias rurais nos processos de acesso à terra.

1.5 REFERÊNCIA TEMPORAL

A experiência começou na década de 1980, com as primeiras entregas de terras às comunidades no norte da Argentina. A partir dessas entregas, iniciou-se um processo de reconhecimento de direitos para as famílias indígenas e *criollas*, que possibilitou a titulação de milhares de hectares. No momento (2021), continuam os processos de acesso à terra e titulação.

1.6 DESAFIO PRINCIPAL

Na região do Grande Chaco, a incerteza sobre o domínio da terra é um problema histórico e estrutural das famílias rurais indígenas e camponesas, agravado nos últimos anos pela expansão da fronteira agrícola, a exploração dos recursos naturais e as obras de infraestrutura regional. Esta experiência parte do entendimento



de que o acesso e o direito à terra são fatores que visam reduzir a pobreza, alcançar a segurança alimentar, promover a gestão sustentável dos recursos e fortalecer o desenvolvimento.

1.7 OBJETIVOS

Os objetivos desta experiência são:

- Obter a propriedade legal da terra para as famílias camponesas e indígenas.
- Assessorar as famílias *criollas* e indígenas para que possam iniciar ações na justiça e negociar com os proprietários para obter a plena posse de suas terras.
- Capacitar as organizações de base no marco legal que sustenta essa reivindicação e divulgar os direitos da população rural por meio da mídia local e nacional.
- Influenciar em políticas públicas que evitem a grilagem e favoreçam o acesso à terra às famílias camponesas e indígenas.

1.8 DIMENSÃO RESILIENTE

A experiência contribui para fortalecer a resiliência dos habitantes rurais indígenas e *criollos* do Grande Chaco e para mitigar as causas e impactos da mudança climática em vários níveis:

- O acesso à propriedade da terra é um elemento essencial para favorecer o enraizamento e a permanência nos territórios.
- Empoderamento e fortalecimento das organizações de base, que a partir das capacitações nos marcos legais, reforça suas reivindicações e defesa de seus direitos no território.
- Redução dos efeitos ambientais adversos das mudanças do clima, ao permitir o acesso à terra de comunidades (indígenas e camponesas) que fazem uso sustentável do território e dos recursos, opondo-se ao avanço do modelo extrativista.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO, AMBIENTAL E ECONÔMICO

Na região do Grande Chaco Argentino, os conflitos pelo acesso à terra se multiplicaram nos últimos 40 anos. No aspecto sociopolítico e cultural, existe uma grande diversidade cultural no Grande Chaco: foram identificados mais de vinte povos indígenas (principalmente Wichís, Toba, Nivaclé, Chorote e Pilagá), grupos não indígenas de pequenos criadores de gado, conhecidos como camponeses ou *criollos* e grupos de imigrantes ou colonos de diversas origens. Trata-se de uma população rural, em geral, espalhada em grandes territórios, portanto, muito isolada, com alta natalidade e mortalidade, devido às precárias condições de saúde, alimentação, acesso à água e os altos níveis de necessidades básicas insatisfeitas, alta taxa de migração (maior entre a população camponesa) e uma dificuldade concreta para que as mulheres sejam herdeiras da terra, somada a outras situações de desigualdade e violência de gênero (Juarez e Becerra, 2020).

A terra faz parte do patrimônio cultural e sociopolítico dessas áreas rurais, seu valor vai além do econômico e cumpre funções sociais. Para a população rural, *criolla* ou indígena, o vínculo com o território é o eixo de seu sistema de sobrevivência e, no aspecto político, constitui um direito fundamental reconhecido pela Constituição Nacional Argentina e pelas normas internacionais. No entanto, atualmente existem milhares de famílias cujas possibilidades de desenvolvimento são limitadas pela irregularidade e precariedade jurídica da propriedade da terra.



A condição da propriedade da terra é extremamente complexa, há pelo menos um milhão de hectares de terra pública sendo ocupada há muito tempo por diferentes grupos sociais, muitas vezes em conflito. A precariedade da ocupação da terra no Grande Chaco é um problema histórico, agravado nos últimos anos pelo avanço da fronteira agrícola e por obras de infraestrutura regional. Os habitantes do Chaco, posseiros de terras há mais de vinte anos, carecem dos meios econômicos necessários para fazer valer seu direito de posse e obter o domínio e a titulação definitiva das propriedades. Vivem uma situação de insegurança jurídica que os torna habitantes irregulares em seu território. Essa realidade desestimula as famílias a efetuar melhoras, incorporar tecnologia e investir com visão de longo prazo, fazendo com que os rendimentos produtivos diminuam. Ao perder os laços de apoio comunitário e o sentimento de pertencimento, muitas vezes não encontram outra saída a não ser migrar para as cidades.

Diante de um cenário de apreensão entre os habitantes rurais, a partir da década de 1980, começa a ser relevante na região a presença de organizações não governamentais e fundações religiosas, como: FUNDAPAZ, INCUPO, ASOCIANA. As organizações de base começam a se articular com essas ONGs e gradativamente foram ampliando as atividades voltando-se ao problema do acesso à terra, vinculando-se com órgãos do Estado nacional, provincial e local, sindicatos e outros moradores da região. Essas alianças e diálogos conformaram diversos espaços como Mesas, Fóruns, Assembleias ou Comitês no intuito de produzir ações conjuntas de *criollos* e indígenas por meio de pactos e acordos sobre os territórios. Uma das ONGs foi a FUNDAPAZ, que começou a prestar assessoria jurídica às comunidades, no entendimento de que isso seria uma garantia para os direitos sobre o território das comunidades indígenas e *criollas*.

No aspecto econômico, desde o ano 2000, a região do Grande Chaco Argentino experimentou fortes mudanças no uso da terra, passando de uma produção familiar ou comunitária de baixa intensidade, para grandes grupos voltados ao agronegócio das *commodities* e a pecuária extensiva. Esse fenômeno gerou novos conflitos na região, agora vinculados à posse da terra e a água. A expansão agropecuária em grandes extensões de terra projetou-se sobre territórios nos quais os habitantes tradicionais, comunidades indígenas e camponeses, não possuíam títulos de propriedade, gerando conflitos, não apenas pelo espaço, mas também sobre as dinâmicas produtivas, uma vez começaram a surgir limites e fronteiras antes inexistentes.

A produção agrícola apresenta variações regionais, segundo o uso potencial da terra e o clima, sendo a água o principal fator limitante. As culturas características da região são: algodão, milho, girassol, trigo e soja. A soja, cultura outrora localizada na região pampeana, expandiu-se vertiginosamente nos últimos anos, avançando sobre as terras florestais do Grande Chaco. A maior parte da soja produzida é do tipo transgênico e é exportada para forragem. O principal recurso para a agricultura é o solo. A falta de manejo adequado, tanto nas práticas agrícolas, a fertilização e uso de agroquímicos, somada à fragilidade dos solos do Chaco em geral, é a causa principal de sua degradação, levando a região a processos de desertificação de moderados a graves. Outro aspecto da agricultura moderna que deve ser considerado é que, com a introdução dos agroquímicos, a contaminação da água, do solo e do ar atingiu níveis alarmantes. A produção de alimentos depende da fertilidade da terra. Sua degradação e esgotamento levam ao empobrecimento de vastas regiões (Naumann, 2006).

No aspecto ambiental e territorial, segundo a Anistia Internacional, existem na Argentina 122 conflitos de terra com comunidades indígenas, a maioria na região do Grande Chaco Argentino. Em setembro de 2021, foram informados 57 conflitos de terra, 38 ligados a camponeses e pequenos produtores e 19 a comunidades indígenas, sendo as mulheres as principais prejudicadas em 14 deles. Os principais conflitos devem-se à justaposição de territórios e pela disputa do acesso e uso dos recursos naturais e da superfície para fins produtivos.



Para as comunidades indígenas e camponesas do Chaco, a terra não é considerada apenas como superfície, e sim como um espaço vital, no qual se realizam atividades voltadas à reprodução de sua vida e cultura. Por tal motivo, a dimensão ambiental e econômica não pode ser compreendida se não se leva em conta a dimensão sociocultural e simbólica do território, entendendo a terra como um todo inter-relacionado, percebido como lugar de pertencimento, memória coletiva e transmissão de conhecimentos e, ao mesmo tempo, como espaço de bens comuns como a água, a floresta, a fauna e a flora.

Da mesma forma, o panorama do acesso à terra tem correlação com os problemas de acesso à água potável para consumo humano e para produção no semiárido do Chaco. As disputas pela terra convergem com disputas regionais sobre o acesso aos recursos hídricos, águas subterrâneas e superficiais. A água, o uso da terra e os efeitos das mudanças climáticas contribuem ao aumento dos conflitos nos territórios.

Para as famílias rurais do Chaco, possuir a titulação definitiva da terra que habitam representa a possibilidade de ter o direito de projetar o futuro, situação extremamente difícil quando apenas se tem a posse precária, com o perigo constante de despejos violentos que não reconhecem os direitos adquiridos. Além disso, levando em conta a perspectiva de gênero, é importante destacar que, segundo a ONU Mulheres, mais de 80% dos proprietários de terras no mundo são homens, e no Grande Chaco essa tendência também se verifica. As mulheres rurais são as mais desamparadas nesse cenário.

2.2 PROCESSO DA EXPERIÊNCIA

Os processos de acesso à terra apresentam heterogeneidades, principalmente se acontecem em terras estatais ou privadas, e se envolvem comunidades indígenas ou famílias *criollas*. As estratégias implementadas são diferentes em cada caso, já que o marco legal e jurídico de acesso à terra também difere, mas a metodologia proposta é mantida e enriquecida ao longo do tempo.

A sistematização da experiência de Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra é uma reconstrução analítica gerada a partir de entrevistas e uma profunda análise dos materiais disponíveis sobre cada processo de acesso à terra. O objetivo deste tópico é expor o conjunto de aprendizagens e inovações do processo que já completou quatro décadas. O documento procura construir uma estilização dos múltiplos processos a partir de elementos em comum e de “fases” que são possíveis de identificar no decurso da experiência. Serão destacados os marcos ou casos específicos que sejam úteis para entender os aspectos principais da experiência de inovação em termos de acesso à terra e de resiliência às mudanças climáticas.



Gráfico 1 - Linha do tempo da Metodologia de Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra



Fase preliminar – Fim dos processos de provincialização e início dos problemas de titulação

Em 31 de janeiro de 1872, por decreto do presidente da República da Argentina, foi criado o Território Nacional do Grande Chaco. Sendo a primeira entidade jurídica territorial que adotou o nome de "território nacional", sem estabelecer seus limites. Até o ano de 1917, o Estado Argentino realizou ações militares contra os povos indígenas do Chaco para conseguir a ocupação efetiva do território e a subjugação das culturas indígenas ao poder do Estado.

As províncias de Salta, Jujuy, Santa Fé, Santiago Del Estero, La Rioja e Tucumán estavam entre os primeiros territórios que se constituíram em províncias no século XIX. Foi só em meados do século XX, entre 1951 e 1956, que o Estado Argentino iniciou o processo de provincialização do Território do Chaco Boreal e do Território De Los Andes. Em seguida, foram criadas as províncias de Presidente Perón (Chaco, atualmente), Catamarca e Formosa, e inicia-se o processo de organização político-institucional.

Cada província apresentou processos diferenciados de acesso à terra, algumas sem grandes estratégias ou políticas definidas sobre o processo de titulação, enquanto outras, particularmente as mais recentemente criadas, geraram processos de entrega de terras com títulos para a população camponesa e estabelecimento de reservas para as comunidades indígenas (no caso da Província Del Chaco).

Por volta dos anos 70, a região do Chaco era um espaço com graves conflitos por territórios, com múltiplos problemas sociais e econômicos. Os Estados Provinciais não acompanharam, nem apoiaram as famílias rurais mais vulneráveis.

Fase I – Primeiros processos de diálogo e acordos para o acesso à terra – Anos 1981- 1997

Desde 1973, as Irmãs do Sagrado Coração começaram a financiar ações de apoio às comunidades indígenas na província de Salta. Desta ação nasceu a FUNDAPAZ, com a missão institucional de trabalhar com a população rural, indígena e *criolla*. Por sete anos, as Irmãs do Sagrado Coração fizeram doações à FUNDAPAZ para apoiar outras organizações não governamentais em formação na região, como o Instituto de Cultura Popular (INCUPO). Quando a doação original terminou, a FUNDAPAZ decide criar suas próprias equipes territoriais e gerar seus próprios projetos, começando a trabalhar nas províncias de Santa Fé e Santiago Del Estero em questões socioprodutivas rurais.

No início da década de 1980, as Irmãs do Sagrado Coração solicitaram a FUNDAPAZ envolver-se em tarefas com a população indígena Wichí da região de Los Blancos (Chaco semiárido), na província de Salta, prestando assistência técnica e apoio econômico. A partir desse momento, iniciou-se a ação de fortalecimento direto das organizações de base e de ocupação de terras em busca de alternativas produtivas para essas comunidades.

As terras dessa área, historicamente ocupadas por extensas famílias do povo Wichí, receberam, desde o final do século XIX, a chegada de colonos *criollos*. Enquanto os primeiros continuaram a desenvolver suas práticas ancestrais de caça e coleta, os *criollos* praticavam uma pecuária de subsistência. Em ambos os casos seus territórios careciam de delimitação física, sendo excepcional a presença de cercados perimetrais. No entanto, na época, a área já se caracterizava pela existência de terras fiscais provinciais e por grandes extensões privadas, adquiridas por seus proprietários como mata virgem para exploração de recursos florestais. Porém, quando a devastação causada por essa atividade extrativista tornou o recurso florestal escasso, esses espaços foram abandonados (e só voltaram a ter valor, recentemente, com a expansão da fronteira agrícola nos últimos 20 anos).

Esse cenário específico, fez com que a FUNDAPAZ partisse do entendimento de que, tanto as populações indígenas quanto *criollas* dessas áreas rurais viviam a mesma situação de insegurança territorial,



marginalização e pobreza, e que ambos os grupos eram vítimas dos processos de povoamento e extrativismo na região. Por esse motivo, desde então a fundação defende que, para solucionar os problemas territoriais das comunidades indígenas, deve-se trabalhar com as famílias *criollas*. A construção do diálogo e o acordo intercultural é a chave para o sucesso dos processos de acesso à terra.

Em 1989, foi sancionada a Lei Provincial nº 6.570 de reordenamento territorial em Salta, que estabelece o marco legal para a adjudicação de terras públicas. Partindo dessa lei, a FUNDAPAZ começa a construir e implementar uma metodologia participativa voltada à divulgação da normativa, discutindo a abrangência de seus beneficiários (*criollos* e indígenas) e um procedimento para o estabelecimento de convênios para o parcelamento de cada lote fiscal, para posteriormente apresentar o requerimento da terra, acompanhado de uma proposta produtiva. Neste período destaca-se um marco desta iniciativa, o caso da região de Los Blancos nos lotes fiscais nº 15, 16, 17, 19 e 23. Este caso permitiu conhecer as diferenças jurídicas segundo o tipo de posse das terras nesses territórios, e possibilitou promover um trajeto junto às comunidades para obter a titulação.

Nesse caso, uma primeira estratégia fundamental para o processo de entrega de terras foi a capacitação sobre os direitos civis, em particular à questão de usucapião (posse por vinte anos). Nas capacitações, foi enfatizada a diferença entre a figura do proprietário, aquele que tem a titulação da terra o direito de propriedade, e o posseiro, sem titulação, mas que ocupa e usa a terra como o real dono, exercendo atos possessórios. A legislação argentina reconhece como ato de posse qualquer ocupação da terra, seja qual for a forma em que seja realizada. Ou seja, tanto como moradia, horta, depósito, curral de animais, roça ou de qualquer outra forma, mas deve haver uma ocupação real. Se estiver delimitado por uma cerca ou alambrado, é ainda melhor porque favorece a prova de posse, porém não é essencial. O pagamento dos impostos sobre a terra é também um importante ato de posse e prova legal decisiva, mas não pode ser a única prova fornecida numa reclamação legal, e por si própria não é suficiente para provar a posse. Pelo contrário, uma pessoa que não pagou o imposto predial pode, apresentando outras provas, exercer o direito de posse.

O Código Civil Argentino estabelece que o posseiro obtém o direito de propriedade e passa a ser dono legal da terra que habita, se exerceu como dono por um período mínimo de 20 anos ininterruptos (usucapião). O processo de usucapião inicia-se quando o posseiro comparece perante um juiz da jurisdição cível, solicitando ser declarado proprietário da parcela por tê-la ocupado pacificamente por mais de vinte anos, usufruindo dela como se fosse o real proprietário sem reconhecer a propriedade em nenhum outro. O camponês deve demonstrar, para que o juiz não tenha dúvidas, que cumpre com todos os requisitos que a lei exige para conceder o direito de propriedade ao posseiro. A prova da posse deve comprovar completamente o direito possessório invocado. A terra pode pertencer a um particular ou ser pública, nesse caso o demandado será o governo nacional, provincial ou municipal.

Assim, neste caso foi necessário preparar toda a documentação para ser apresentada à Comissão de Terras, com a proposta de loteamento, demonstrando a posse por vinte anos das famílias *criollas*. E, por outro lado, trabalhou-se nos territórios a elaboração de "Acordos de Convivência" entre as famílias *criollas* e indígenas. Em outubro de 1993, aquilo que fora acordado pelas comunidades foi ratificado por um decreto provincial e, finalmente, em 1997, foram entregues os títulos de propriedade às comunidades indígenas e famílias *criollas*.

É importante destacar que esse primeiro caso bem-sucedido foi anterior ao processo de reforma da Constituição Argentina, de 1994, que reconhece a pré-existência dos povos indígenas do país; e que também foi feito sem a tecnologia do Sistema Global de Posicionamento (GPS, na sua sigla em inglês). Ou seja, as condições para conseguir a titulação eram muito adversas, mas foi bem-sucedida graças ao impulso da primeira estratégia de Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra.



Fase II - Novos instrumentos para o diálogo e os acordos – Anos 1998 - 2014

Por volta de 1998, o segundo marco no uso desta metodologia foi o caso dos lotes 55 e 14, na área do rio Pilcomayo, norte da província de Salta. Trata-se de um caso emblemático de acesso à terra, dada a dimensão territorial que abrange 643.000 hectares, e seu aspecto sociocultural, já que envolveu 9.000 indígenas e 6.000 camponeses. Até 2014, esse território foi constituído por terra pública na qual se distribuíam os grupos indígenas em 60 comunidades, na maioria Wichís; e as famílias *criollas*, que chegaram à região há mais de 100 anos em busca de pastagens para seu gado, viviam em “puestos”, que são unidades doméstico produtivas (morada em que reside uma família no campo, dedicada ao cuidado do gado e de um setor do território). Quando a área começou a aumentar de valor em termos econômicos, devido à expansão agropecuária, as tensões entre indígenas e *criollos* sobre a propriedade da terra cresceram.

Em 1998, a Associação de Comunidades Aborígenes Lhaka Honhat (Nossa Terra) apresentou uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela construção de obras de infraestrutura na área sem qualquer tipo de consulta à população ribeirinha, solicitando ao Estado Argentino formalizar seu direito de propriedade comunitária, através da entrega de um único título de propriedade em nome das comunidades. Essa reivindicação foi apoiada pelo Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELS) e acompanhada pela Fundação de Acompanhamento Social da Igreja Anglicana do Norte Argentino (ASOCIANA). Para essa época, a reforma da Constituição Nacional de 1994 já estava em vigor e constituía um amparo ao direito indígena que protegia sua reivindicação.

Diante disso, foi necessário considerar e incorporar os direitos dos *criollos* para alcançar acordos gerais e conseguir uma distribuição de terras e recursos que abrangesse a todos os atores. Assim, em 2000, conformou-se o Projeto Pilcomayo, uma iniciativa apoiada por MISEREOR e PAN PARA EL MUNDO, no qual ASOCIANA e FUNDAPAZ começaram a acompanhar ambos os grupos, através de um processo de diálogo e acordos mútuos. Uma das conquistas desse processo foi a unificação de estratégias e a facilitação de acordos entre os grupos, impondo sua visão consensualizada ao Estado Argentino. Para isso foi necessário produzir informações e propostas para uma distribuição equitativa da terra, e, para isso, foi aplicada a estratégia de mapeamento participativo, desenvolvida ao longo de quatro anos.

Para a FUNDAPAZ, este caso marca o início da metodologia de mapeamento que confere ao processo de acesso à terra uma inovação fundamental. Ao contrário do caso de Los Blancos, quando a possibilidade de uso do GPS ainda não estava disponível, neste caso foi devido a uma tecnologia artefactual que, usada pelos líderes comunitários, provou ser de uma formidável potência política. O mapeamento com GPS possibilitou o levantamento de mais de 20.000 pontos de georreferenciamento através do trabalho dos integrantes de Lhaka Honhat e da Organização das Famílias *Criollas* (OFC), para uma posterior elaboração dos mapas. Com as evidências cartográficas, a assessoria e o trabalho conjunto com as ONGs acompanhantes, ambos os grupos, indígenas e *criollos*, puderam avançar em uma proposta de regularização da terra.

Em outubro de 2007, o governo de Salta subscreveu o Decreto 2786/07 pelo qual outorgou 400.000 hectares a 42 comunidades indígenas e 243.000 a 462 famílias *criollas*. Em 2014, após anos de reivindicações, o governo de Salta oficializou o Decreto 1498/14 pelo qual reconhece e transfere as terras em propriedade comunitária às comunidades indígenas e em condomínio às famílias *criollas*.

Em 2017, o governador de Salta entregou os primeiros 42 títulos de domínio às famílias *criollas*, por 25.000 hectares. Atualmente existe nessa área um processo de negociação sobre a gestão territorial e o uso dos recursos naturais. Esse caso apresenta, também, a continuidade, na medida em que o acesso à terra é apenas uma parte de um processo mais amplo, que envolve a posterior possibilidade de se ter uma vida digna nesses territórios.



Mais uma vez, a metodologia do Diálogo e Acordo para o Acesso à Terra, agora com novos elementos como o mapeamento participativo, mostrou-se uma estratégia válida para resolver um conflito de terras de forma pacífica e consensual.

Fase III – Rumo a uma metodologia integral pelo acesso à terra – Anos 2015 - 2021

O caso dos lotes 55 e 14 pode ser analisado como um ponto de inflexão da metodologia de Diálogo e Acordos pelo Acesso à Terra. A partir do ano de 2015, a FUNDAPAZ vem explicitando e consolidando os processos metodológicos e os passos para a estratégia integral de diálogo e acordos, são eles:

- a) Acompanhamento às comunidades indígenas e famílias *criollas* por meio de assistência técnica, jurídica e econômica para a conscientização do direito à ocupação das terras.
- b) Metodologia de diálogo e acordo para uma justa distribuição de terras, atendendo à reivindicação das famílias *criollas* e à necessidade de trabalhar em conjunto com as comunidades indígenas para a distribuição das terras. Intervir diretamente no processo de adjudicação de terras em igualdade de condições, seja em terras públicas ou privadas. Para isso, a estratégia metodológica é a do diálogo entre as partes, que facilita processos participativos inéditos. Isso inclui a realização de mapeamentos participativos.
- c) Viabilizar o exercício da lei, isso significa fornecer verbas, promover a demarcação de terras, possibilitar a demarcação de limites, capacitar, facilitar o acompanhamento profissional, prestar assessoria para os processos judiciais e auxiliar na obtenção de provas.
- d) Possibilitar que o acesso à terra seja acompanhado de assessoria técnica, de capacitação para o uso correto da terra, como base para o Desenvolvimento Integral da família e capacitação para exercer o papel de negociador perante o Estado e reclamar perante a Justiça.
- e) Brindar assessoria na produção e comercialização.

O trabalho da FUNDAPAZ neste assunto é efetuado em conjunto com as organizações indígenas e camponesas, em articulação com outras instituições, Igrejas e órgãos do Estado. A implementação desta metodologia inovadora foi desenvolvida com relativa independência em cada uma das províncias e os casos de acesso à terra têm sido múltiplos e sumamente heterogêneos.

Nesta fase, na era das Tecnologias da Informação e Comunicação, construiu-se e aperfeiçoou-se um sistema informático e um mapa interativo (versão BETA “Quebracho” 1.0 – para acessar, [clique aqui](#)) como ferramenta de acesso a dados e informações sobre o acesso à terra, à água, o uso da floresta e sobre as organizações camponesas e indígenas junto às que FUNDAPAZ trabalha no norte da Argentina. Este Sistema de Informação Geográfica Participativa baseia-se em dados recolhidos por mais de 40 anos de experiência nos territórios. É uma estratégia que potencializa os processos de acesso à terra das organizações camponesas e indígenas e que se constrói a partir de processos territoriais.

Esta metodologia é aplicada em casos de terras no Grande Chaco Argentino com diferentes resultados de organização e acordos territoriais, seu crescimento gradual e suas possibilidades de escala, mostram a importância das inovações organizacionais para alcançar o direito à terra por parte das comunidades indígenas e camponesas.



2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE ARTEFATOS E PROCESSOS INOVADORES

Esta experiência apresenta diferentes tipos de tecnologias, particularmente processos técnicos e organizacionais. Neste tópico, destacamos algumas das principais metodologias e dinâmicas de aprendizagem geradas por esta iniciativa:

1. Conformação e estabelecimento das equipes territoriais;
2. Capacitação sobre direitos civis e direitos dos povos originários;
3. Metodologia de acordo e diálogo, mapeamento e uso de georreferenciamento;
4. Censo, cadastro comunitário e coleta de dados e documentação;
5. Processo de sistematização das experiências de regularização das terras em comunidades indígenas e *criollas*.

1. Conformação e estabelecimento das equipes territoriais

Uma das características da experiência é que prioriza a formação e estabelecimento de equipes técnicas nos territórios. A experiência funciona não apenas por meio da articulação no território, mas também conta com técnicos habitando-o, com presença permanente e gerando a construção de relações pessoais de confiança com os membros das comunidades. Esta é uma estratégia de trabalho que, embora seja muito desgastante por causa dos permanentes conflitos existentes, permite uma construção de vínculos de confiança com as organizações de base e suas lideranças para acompanhar os processos. Isso é fundamental já que envolve diretamente a participação dos membros das comunidades camponesas e indígenas no desenvolvimento da experiência, de forma ativa e permanente.

2. Capacitação sobre direitos civis e direitos dos povos originários

Um eixo fundamental das experiências de acesso à terra é o processo de formação em direitos civis e direito indígena, uma vez que apresentam diferentes marcos legais que os protegem, por isso existem capacitações específicas para líderes de cada comunidade, através de oficinas ministradas por advogados e assessores da equipe local. A seguir, algumas das características dessa formação:

2.1 Capacitação sobre o direito à terra de comunidades indígenas

Essas capacitações são encontros que expõem todo o processo de acesso à terra em que a comunidade indígena vai se envolver, esclarecendo as possibilidades de sucesso, os riscos, os custos (estudos prévios para a montagem das pastas, honorários), os prazos (não é possível determinar prazos exatos, já que esses processos geralmente duram muitos anos) e os antecedentes (se houver) de casos semelhantes.

Nesses espaços, são apresentadas as opções de acesso à terra para as comunidades, que podem ser por meio da:

- a) Via administrativa, neste caso a titulação é tramitada por meio de diversos órgãos públicos como o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI), a Defensoria Pública, a Secretaria de Direitos Humanos, entre outros.
- b) Via judicial, no caso de não prosperar a via administrativa, deve-se acudir à justiça e começar uma ação.

Desde o início, ressalta-se a necessidade da participação ativa da comunidade para que se aproprie de todo o processo. Na revista de capacitação “Direitos indígenas. Acesso às terras e territórios” podem encontrar-se todas as informações que permitem uma abordagem sintética de algumas das normas e leis que apoiam a



reivindicação da regularização legal dos territórios no Grande Chaco, em geral, e na província de Salta em particular (FUNDAPAZ, 2008a).

2.2 Capacitação sobre o direito de posse

Assim como existem capacitações para as comunidades indígenas sobre os direitos que as protegem, também existem cursos para as comunidades *criollas* sobre a usucapião, marco legal aplicável à população camponesa de pequenos produtores.

Nesses cursos explica-se o procedimento legal, a importância da demarcação e da perícia, a primeira permite estabelecer o plano correspondente e determina claramente o terreno a ser reclamado, a área que abrange a ocupação do interessado, sua superfície, suas medidas, seus limites e sua localização na região. Enquanto a perícia é uma análise técnica, realizada por especialistas (funcionários da FUNDAPAZ e outros contratados), que expressa uma opinião profissional sobre algum assunto de importância para o processo judicial.

A Revista de Capacitação “Direitos Possessórios” apresenta os conceitos básicos da lei que atende às famílias camponesas posseiras das terras que habitam (FUNDAPAZ, 2008b). Revela aspectos da história protagonizada por moradores e técnicos na busca de soluções. As cartilhas possibilitam fornecer informações fundamentais, além das oficinas e capacitações nos territórios, e deixam a informação sistematizada em poder das comunidades.

3. Metodologia de acordo e diálogo, mapeamento e uso de georreferenciamento

Essa metodologia é fundamental para estabelecer acordos de convivência entre *criollos* e indígenas. Contribui para o fortalecimento das organizações de base e é fundamental para iniciar as negociações com as instituições do Estado em defesa dos direitos ao território.

O diálogo é ponderado como caminho para encontrar soluções e consagrar o direito de propriedade das terras ocupadas por indígenas e *criollos*. O trabalho conjunto entre os dois grupos permite conciliar interesses. Isso deu origem à criação de Mesas de Terras, como espaços de reflexão e consenso. A negociação é priorizada para evitar as ações judiciais. Esta estratégia enquadra-se na estratégia integral de diálogo e acordos para o acesso à terra, como passo fundamental no desenvolvimento integral das comunidades, garantindo a propriedade e, posteriormente, apoiando a gestão coletiva do território e dos recursos.

A realização do mapeamento participativo², e o uso do georreferenciamento, são possíveis graças aos processos de capacitação técnica aos membros das comunidades que são os que fazem o levantamento dos pontos por meio de GPS. Essa metodologia, também permitiu construir confiança na elaboração de acordos de compromisso mútuo e é uma ferramenta para garantir o sucesso das demandas perante os organismos estatais.

Esta metodologia baseia-se, por um lado, no desenho de um mapa territorial feito pela comunidade, marcando sítios históricos, locais de caça e recoleção (no caso das comunidades indígenas), cultivos, fontes de água e, por outro lado, se confecciona um mapa georreferenciado a partir de caminhadas pelas diferentes áreas. São os membros das comunidades, principalmente os jovens, que assinalam os lugares com GPS, colocando os nomes usuais. Este mapa deve passar pela revisão da comunidade que, em assembleia, define a área a ser solicitada em base à ocupação atual. Posteriormente, a certificação dos principais pontos é realizada em

² [Clique aqui](#) para acessar a cartilha da FUNDAPAZ sobre Mapeamento Participativo, onde se pode conhecer alguns exemplos do desenvolvimento das atividades e a metodologia utilizada.



cartório ou juiz de paz. (Conheça mais essa metodologia, na sistematização Mapeamento Participativo para Gestão de Recursos Naturais, na [Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo](#)).

4. Censo, cadastro comunitário e coleta de dados de documentação

Os líderes comunitários são os encarregados de realizar um censo por família e grupos familiares, para obter a informação do número de famílias e pessoas por comunidade, as relações de parentesco que forneçam informação sobre as famílias extensas. Por outro lado, o cadastro comunitário é levantado no intuito de obter um primeiro relato sobre a história da comunidade, seu processo de ocupação, o relacionamento com os vizinhos, entre outros dados. Também, serão fotocopiados todos os documentos que permitam verificar a instalação de comunidade no local há muito tempo.

5. Processo de sistematização das experiências de regularização das terras em comunidades indígenas e criollas

FUNDAPAZ sistematiza as experiências de regularização fundiária como instrumento que possibilita obter aprendizados para aprimorar e reaplicar as experiências, tanto para a própria fundação quanto para outras organizações públicas ou privadas que atuem no tema. É também uma metodologia que privilegia a reflexão crítica dos atores para ordenar e organizar um conjunto de ideias, dados, conteúdos e experiências que possibilitem fortalecer a recuperação da memória histórica das comunidades indígenas e *criollas*.

No documento “Sistematização da experiência em regularização fundiária Comunidades Indígenas e Famílias Camponesas” (FUNDAPAZ, 2012), são apresentadas as etapas para a realização da sistematização dos casos: 1) coletar e ordenar as informações e documentação disponíveis; 2) identificar as experiências e os agentes envolvidos; 3) Organizar um programa de entrevistas para os representantes dos agentes envolvidos por meio de roteiros de entrevista; 4) organizar e analisar a informação coletada nas entrevistas individuais; e 5) redigir o relatório de sistematização.

Tendo estes passos como linhas principais, para realizar a sistematização dessas etapas é necessário buscar, em geral:

- a) A recuperação histórica da luta pela terra e da intervenção da FUNDAPAZ, o registro e ordenação de informações sobre o desenvolvimento das diferentes etapas, priorizando questões como a negociação pela terra, o marco legal, os processos vivenciados pelas comunidades, as conquistas, os problemas.
- b) A realização de uma interpretação coletiva da experiência que leve em conta as reivindicações, o reconhecimento dos direitos de ocupação e acesso à terra, as negociações, os consensos, a capacitação para a organização produtiva e os desafios para melhorar a qualidade de vida das comunidades.
- c) A elaboração de um documento que expresse as conclusões e recomendações partindo da interpretação feita.

2.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

Os recursos necessários em cada caso variam, de acordo com o problema e a estratégia a implementar para obter acesso à terra. Em linhas gerais, existem dois tipos de estratégias, uma para as terras públicas e outra para os terrenos privados. No primeiro caso, inicia-se uma negociação com os Estados e depende de uma definição ou vontade política. No segundo, se o processo de negociação falhar, é necessário iniciar um processo judicial. Neste ponto as estratégias determinam o tipo de recursos requeridos.



Recursos financeiros

O início da experiência, na década de 1980, está ligado a uma doação das Irmãs do Sagrado Coração. Depois disso, o financiamento fornecido pela FUNDAPAZ sempre procedeu de fontes internacionais; embora não tenha sido algo planejado, as doações das igrejas lhe permitiram a liberdade para negociar sem depender de verbas públicas. Da mesma forma, o financiamento internacional permitiu a estabilidade em processos extremamente longos (esses processos não costumam durar menos de 15 anos).

Nesse sentido, as entrevistas realizadas nesta sistematização mostram que, mais do que o valor econômico, o fundamental é a sustentação da experiência ao longo do tempo, algo difícil de alcançar com as variações e mudanças de governo no âmbito local. No entanto, dada a complexidade dos processos de acesso à terra, existem financiamentos específicos que podem fazer parte da negociação com o Estado.

Por exemplo, no caso dos lotes 55 e 14, na província de Salta, o governo nacional decidiu intervir e, através de um acordo assinado pelos governos nacional e provincial, financiou, com um total de 32 milhões de dólares, o processo de regulação do domínio, as demarcações, as novas localizações e todo um programa de desenvolvimento local. Em outros casos, foi possível obter pequenos subsídios outorgados pelo governo de Santa Fé por meio do Cadastro de Posseiros (*Registro de poseedores*), para financiar o processo de usucapião. Dessa forma, dependendo do caso, as fontes de financiamento podem ser diversas e vir de ONGs locais ou estrangeiras, ou de programas e instituições estatais.

Recursos humanos

Os recursos humanos ligados à assistência técnica, jurídica e financeira para os processos fundiários são fundamentais. Nesses casos, deve-se observar que, o papel da FUNDAPAZ no apoio a esses processos significa dispor de cerca de 22 pessoas em quatro províncias com diferentes perfis profissionais (engenheiros, antropólogos, etc.). Uma equipe dessa envergadura permite trabalhar diretamente com 3.500 famílias (aproximadamente 17.000 pessoas) nas províncias de Salta, Santiago Del Estero e Santa Fé, acompanhando-as através de capacitações, assistência técnica e financeira. Na questão dos recursos humanos, também são necessários advogados especializados neste assunto e comprometidos com as causas pelo direito de acesso à terra.

É um grande desafio manter as equipes nos territórios ao longo do tempo, por esse motivo é importante que as comunidades se apropriem do processo de acesso à terra, para sustentar a continuidade dessas iniciativas. As comunidades participantes são o principal recurso humano.

Recursos de tempo

Os processos de acesso à terra são muito demorados, normalmente não duram menos de 15 anos, e exigem a implementação de várias instâncias: formação, demarcação, recenseamento, participação na Mesa de Terras.

Territórios titularizados

São inúmeras as experiências bem-sucedidas que foram desenvolvidas em mais de 30 anos, permitindo que cerca de 1.300.000 hectares sejam titulados em favor de famílias indígenas e camponesas.

Perspectiva de gênero

A iniciativa não teve uma estratégia que visibilizasse as questões de gênero nas comunidades camponesas e indígenas. As mulheres não tiveram um papel específico, mas ficou claro nas entrevistas que foi necessário um trabalho direcionado para que as mulheres participassem das reuniões, por exemplo, nos casos de mapeamento participativo. A experiência não parece ter problematizado, nas metodologias das experiências



de acesso à terra, o fato de que no meio rural as mulheres não costumam ter acesso à propriedade da terra, deixando-as em condições de maior vulnerabilidade e violência contra as mulheres. No entanto, recentemente, a perspectiva de gênero está começando a se tornar gradualmente mais visível.

2.5 MECANISMOS DE VALIDACIÓN DE LA EXPERIENCIA

Na prática, os casos de acesso à terra são validados diariamente pelos beneficiários indígenas e camponeses, diretamente envolvidos na experiência e dão continuidade ao seu funcionamento.

Mesmo considerando a grande heterogeneidade de casos de acesso à terra, e entendendo que houve conquistas, mas também processos em que não se conseguiu avançar na titulação das terras; com base nos depoimentos dos entrevistados e dos materiais coletados, observa-se uma avaliação extremamente positiva da experiência. Os processos de acesso à terra se fundamentam em metodologias de consenso e acordo que precisam constantemente da validação de organizações de base para alcançar avanços significativos.

2.6 RESULTADOS

Entre os principais resultados dessas iniciativas de acesso à terra no Grande Chaco Argentino, destacam-se:

Em relação à titulação das terras

É uma iniciativa que permite quantificar os resultados: 1.227.287 hectares foram titularizados. Correspondendo a 1.269 famílias camponesas (191.770 hectares) e 3.339 famílias indígenas (439.948 hectares), há ainda 595.569 hectares em processo de titulação. Em termos percentuais, esta iniciativa atingiu 60% de homens e 40% de mulheres.

Em relação ao diálogo e acordos

Em termos qualitativos, o trabalho articulado com famílias *criollas* e indígenas permitiu o encontro e a construção histórica a partir de dois espaços diversos. Foi possível confrontar posições fundamentalistas e criar vínculos para uma luta em comum que supere quaisquer querelas que existissem, diferenças que têm a ver essencialmente com a forma legal de aquisição e titulação da terra. Há diferenças legais na aquisição da terra, e conseguiu-se que esses dois grupos partilhem uma comum unidade na luta pelo acesso à terra, incorporando critérios de uso e gestão dos recursos como uma etapa posterior à titulação das terras. Ressalta-se que os acordos de convivência estabelecidos ainda persistem até hoje. No caso dos lotes 55 e 14 de Salta, os “acordos entre as partes” foram novidade na distribuição das terras negociadas entre as comunidades indígenas e as famílias *criollas*, e também na realocização.

Em relação ao fortalecimento das organizações

Em diversos casos, conseguiu-se a conformação e fortalecimento de organizações de centenas de famílias. Na província de Santa Fé, por exemplo, depois de muitos anos, conseguiu-se o reconhecimento legal da União das Organizações da *Cuña Boscosa y los Bajos Submeridionales* (UOCB) com mais de 600 famílias. Da mesma forma, na província de Santiago Del Estero, organizou-se um encontro de intercâmbio de organizações camponesas dessa província e das províncias de Salta e Santa Fé, apoiadas pela FUNDAPAZ, do qual participaram representantes de 10 organizações, com as quais foram analisadas estratégias de intervenção visando um maior protagonismo e crescimento dos setores rurais.



Em relação à incidência em políticas públicas

A FUNDAPAZ teve e tem como eixo estratégico no processo de regularização fundiária focar sua atuação no aspecto da incidência nas políticas públicas, para exigir o cumprimento por parte dos governos das leis de concessão de terras a seus habitantes. Isso se evidencia, por exemplo, no envolvimento direto dos Estados provinciais através da sanção de decretos que reconhecem os territórios das comunidades indígenas e camponesas ou na sanção de leis, como a Lei Provincial 6570 de reorganização territorial da província de Salta em 1989, que fornece o marco jurídico para a adjudicação de terras públicas. É de se esperar que tomar conhecimento dessas situações estimule a todos os órgãos do Estado a trabalhar em estreita colaboração com as organizações de base em políticas públicas que facilitem a permanência de camponeses e indígenas nos territórios, e deixem de favorecer as corporações empresariais que obtêm terras por meios não tão legítimos.

Em relação à resiliência climática

O acesso à propriedade da terra oferece melhores condições para enfrentar as consequências das mudanças climáticas, favorece a permanência dos habitantes na região, limitando a expansão de explorações extensivas, extrativistas e poluentes. Tal decorrência é particularmente potente nas áreas onde as atividades produtivas são realizadas com práticas sustentáveis, como a produção agroecológica. Também, o fortalecimento comunitário alcançado por meio desta iniciativa, deve ser considerado como resultado específico na redução do impacto das mudanças climáticas, permitindo a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário.

3. ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

A metodologia, Diálogos e Acordos para o Acesso à Terra, representa a implementação de uma tecnologia organizacional inovadora, na medida em que cria ferramentas e instrumentos adequados ao panorama da região de influência e se vincula às estratégias de ação coletiva. As organizações de base participam ativamente do processo de tomada de decisão. No desenvolvimento da experiência, é possível observar que, em consonância com a concepção de Tecnologias para o Desenvolvimento Inclusivo Sustentável, a participação dos beneficiários na construção dos problemas, na seleção das soluções adequadas e na sua implementação contribui para o sucesso da metodologia específica que se concretiza no acesso à terra.

Uma das muitas ferramentas para obter a entrega das terras foi, e continua sendo, a capacitação em direitos civis e indígenas. Nesses encontros, o aprendizado de atitudes e responsabilidades permite abordar novos conhecimentos que facilitam resultados concretos. Um dos aspectos mais inovadores é a participação, a estratégia de fazer que participem todos os atores envolvidos no processo, organizações de base, organizações de apoio e Estado.

Há também uma consideração evidente dos cenários. As atividades baseiam-se na capacitação dos habitantes rurais em vários aspectos, principalmente jurídicos, mas também produtivos. Em todos os casos, podem considerar-se inovadoras a adoção de novas práticas produtivas e organizacionais dentro do cenário de implementação, incorporando novos conhecimentos. Um aspecto relevante a ser destacado é que não apenas o produto final é importante, por exemplo, o acesso e uso da terra, mas também o caminho pelo qual esse resultado é alcançado. A partir do analisado, pode-se deduzir que boa parte da capacidade para tomar decisões e sustentar processos de aprendizagem, por parte de uma comunidade, tem a ver com sua capacidade de interagir, comunicar e estabelecer relações com diferentes tipos de agentes.



3.2 FATORES DE ÊXITO

Os fatores de sucesso ao aplicar a experiência são:

- O nível de interesse e o compromisso demonstrado pelos líderes das organizações camponesas e indígenas ao trabalhar para melhorar sua situação fundiária. Não se trata de uma reivindicação individual, nem são receptores passivos de soluções que podem ser inadequadas na prática, estando envolvidos em todo o processo desde o início.
- A conformação de equipes de intervenção territorial com presença permanente, propiciando um relacionamento cotidiano com as famílias e organizações, proporcionando um maior conhecimento da realidade e das características próprias do contexto local. Esse relacionamento entre organizações, famílias, técnicos e técnicas deriva na criação de informação estratégica que permite planejar ações tecnológicas e políticas, junto às organizações, num processo de retroalimentação contínua.
- O caráter participativo e a metodologia de diálogo e acordos, que permitem a articulação de demandas e capacidades dos diversos atores envolvidos. Da mesma forma, a distribuição de responsabilidades entre todos os membros deriva no estabelecimento de compromissos autênticos, efetivos e de longo prazo.
- O apoio financeiro internacional que permitiu a estabilidade dos processos, apesar da inconstância dos governos locais.
- Como chave para o sucesso na mitigação das mudanças climáticas, esta iniciativa obteve a titulação de 1.227.287 hectares, promovendo o enraizamento e a permanência dos habitantes indígenas e *criollos* da região, limitando a expansão da exploração extensiva, extrativista e poluente.

3.3 LIMITAÇÕES

As limitações ou desafios identificados são:

- Os processos são demorados, de pelo menos 15 anos, devido à lentidão na tramitação legal, às decisões governamentais, à busca de informação, etc. Essa demora provoca um forte desgaste e pode colocar em risco a implementação desta metodologia em vários momentos.
- Os bloqueios políticos, principalmente no nível municipal, que sempre foram contrários ao sucesso dos processos de acesso à terra pelos indígenas e camponeses. As conquistas não são resultado da mudança de posição política, e sim das estratégias de pressão.
- Os conflitos econômicos com os particulares que reivindicam a propriedade dos territórios e os altos custos de regularização fundiária.
- Os conflitos intracomunitários, em processos que devem ser defendidos por muitos anos, isso faz necessária a criação e permanência de espaços para sustentar e revalidar acordos. Também a necessidade de criar protocolos para as reuniões.
- A falta de informação e o desconhecimento das regulamentações afastam ou impedem as famílias de obter segurança jurídica sobre a terra. Isso torna os espaços de capacitação e as cartilhas informativas tão importantes.



- A falta de uma perspectiva de gênero na experiência, não levando em conta a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à propriedade da terra.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

As principais lições aprendidas e o que deve ser repetido:

- É importante possuir um profundo interesse e existir uma demanda das organizações territoriais para obter acesso à terra, envolvendo-as desde o início da experiência;
- É fundamental dispor de equipes territoriais com presença permanente e conhecimento das redes, relações, tensões e problemas intracomunitários;
- A importância do apoio financeiro internacional para dar estabilidade diante das mudanças no nível local e brindar autonomia à experiência;
- A metodologia de diálogo e acordos entre indígenas e camponeses é essencial para estabelecer estratégias conjuntas de acesso à propriedade da terra.

3.5 REPLICAR E/OU ESCALAR

Como pôde ser visto na sistematização, a experiência foi desenvolvida em diferentes províncias da região norte da Argentina (Salta, Santa Fé, Santiago Del Estero, Jujuy, Formosa, Chaco), com comunidades indígenas e camponesas. As diversas experiências geram aprendizados para as seguintes, e são processos valiosos para pensar a escala e a réplica das estratégias de acesso à terra em outros semiáridos da região. Nesse caso, é importante levar em conta as condições necessárias de adaptação em novos cenários:

- Que seja uma demanda e necessidade das organizações de base, que se envolvam diretamente desde o início;
- Constituir equipes técnicas com forte presença e pleno conhecimento dos territórios e da dinâmica organizacional intracomunitária;
- Conhecer e considerar a legislação sobre o acesso à terra das comunidades indígenas e camponesas;
- Ter acesso a um financiamento estável e permanente que não dependa da estabilidade política, já que são processos duradouros.

Existem âmbitos para o intercâmbio de experiências sobre o acesso à terra, como a Plataforma Semiáridos América Latina e a *International Land Coalition*, que permitem compartilhar diversas iniciativas que estão sendo desenvolvidas no mundo e que se potencializam para apoiar esses processos.

3.6 CONCLUSÕES

As atividades realizadas no âmbito desta iniciativa ajudaram a criar ou consolidar organizações existentes nas regiões e contribuíram para o surgimento de novas, fortalecendo o poder de autogestão dos grupos camponeses e indígenas. No entanto, para que essa experiência seja replicável, é importante que a propriedade da terra seja uma demanda surgida dos próprios envolvidos e que responda aos seus interesses. Para o sucesso das negociações, é fundamental a participação ativa dos beneficiários por meio de suas organizações de base.



A FUNDAPAZ focou suas ações, por um lado, em assessorar as famílias sobre as gestões necessárias para obter o reconhecimento legal de suas propriedades, bem como capacitar organizações de base sobre o marco legal que serve de fundamento a tais reivindicações e divulgar os direitos da população rural por meio da mídia local e nacional. Em muitos casos, essas ações impediram e impedem as famílias de firmar acordos com os supostos proprietários sem conhecer seus direitos.

Mesmo que, para avaliar os efeitos sociais e o impacto ambiental da propriedade da terra, seja necessário um período de tempo a partir da entrega dos títulos, na maioria dos casos observa-se que a segurança obtida com a titulação que sustenta o direito de propriedade e uso da terra, incentiva a famílias e comunidades a fazer pequenas melhorias nas instalações e um uso sustentável dos recursos naturais.

4. DEPOIMENTOS

“Não acreditávamos que os criollos fossem os culpados pela situação dos indígenas, eles também eram vítimas. Muitas pessoas foram levadas para colonizar e depois foram abandonadas, por isso entendemos que eles também eram sujeitos de direitos a ser levados em conta [...] compreendemos o poder de concordar para ter uma estratégia conjunta. Num contexto que sempre buscou a divisão e o enfrentamento, chegar a acordos tem um poder enorme”

Gabriel Seghezzo, FUNDAPAZ, julho de 2021.

“Para desatar um nó, há de se começar por uma extremidade e, aos poucos, vai se desenrolar cada vez mais rápido. O que parecia impossível passou a ser visto na realidade. Foi todo um processo de diálogo e aprendizado, no qual os grupos também começaram a se entender e ouvir”

Membro da OFC, Salta, 2009.

5. FONTES

Bibliografía

FUNDAPAZ (2018): Acceso a los recursos naturales en el Chaco Trinacional. Mapeos participativos, diálogos y acuerdos entre actores. Cuatro casos de aprendizaje. Edición FUNDAPAZ y FIDA. Disponível em: <https://www.FUNDAPAZ.org.ar/documentos/mapeo-participativo/>

FUNDAPAZ (2008a): Derechos Indígenas. Acceso a las tierras y los territorios, Salta.

FUNDAPAZ (2008b): Derechos posesorios. Prescripción veinteanal, Salta. Disponível em: <https://www.FUNDAPAZ.org.ar/cartillas/derechos-posesorios-prescripcion-veinteanal/>

FUNDAPAZ (2009): Derechos civiles y derechos indígenas. Casos de ocupación y regularización de tierras, Salta.

FUNDAPAZ (2012): Sistematización de la experiencia en regularización de tierras. Comunidades Indígenas y Familias Campesinas, Salta.

FUNDAPAZ (2020): Reporte 2020, Buenos Aires.

Juarez, P. y Becerra, L. (2020): Argentina frente al Cambio Climático y el escenario de su región del Gran Chaco, ¿cómo se articulan?, Ed. Fundación Plurales, Proyecto Euroclima Plus “Acción Climática Participativa: integrando los retos del cambio climático en el Gran Chaco”, Buenos Aires.

Juarez, P. (2021): Plan de Trabajo de Sistematización de Experiencias de Agroecología y Alimentos Resilientes al Clima en la Región del Gran Chaco Americano, Proyecto DAKI Semiárido Vivo, FUNDAPAZ, Buenos Aires.



Manzanal, M. y Arzeno, M. (2010): Conflictos territoriales en ámbitos rurales de la Argentina actual, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 28, pp. 197 – 218.

Naumann M. (2006): Atlas del Gran Chaco Sudamericano. Sociedad Alemana de Cooperación Técnica (GTZ). 92 pp. ErreGé & Asoc., Buenos Aires. Disponível em: <https://docplayer.es/71110310-Atlas-del-gran-chaco-americano.html>

Red Agroforestal Chaco Argentina -REDAF- (2013): Conflictos sobre tenencia de tierra y ambientales en la región del Chaco argentino: 3º Informe. -1a ed.

Reconquista: REDAF. Disponível em: https://redaf.org.ar/wp-content/uploads/2013/07/3informeconflictos_observatorioredaf.pdf

Slutzky, Daniel (2007) “Situaciones problemáticas de tenencia de la tierra en Argentina”. Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, Serie Estudios e Investigaciones nº 14, Buenos Aires.

Notícias

Fundación Plurales (2021), “Tejiendo redes; FUNDAPAZ”. 2 de junio de 2021. Disponível em: <http://www.plurales.org/tejiendo-redes-FUNDAPAZ/>

Entrevistas com:

Gabriel Seghezzeo, diretor executivo da FUNDAPAZ. Vía GMeet. Data: 20 de julho de 2021 | Paola Marozzi, integrante da FUNDAPAZ e referente de mapeamento participativo. Vía GMeet. Data: 8 de Julho de 2021.



Figura 1 Vista aérea de um “puesto criollo”, em Santa Vitoria Este – Salta, 2021.

O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semiáridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC do Brasil, FUNDAPAZ da Argentina e FUNDE de El Salvador.

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis

e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Grande Chaco Americano, foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 20 experiências. A metodologia de sistematização consistiu em três etapas: (1) levantamento e análise de todos os materiais produzidos pela iniciativa e por terceiros, (2) entrevistas com os principais atores da iniciativa e (3) socialização com os atores da iniciativa para retorno, edição e ajustes finais do documento de sistematização. O procedimento de trabalho juntamente com as organizações da iniciativa, permitiu contar com as vozes dos atores e reconstruir, a partir de seus relatos, a linha do tempo e os principais elementos que identificam as experiências como inovadoras no tema agroecologia e alimentos resilientes ao clima (Juarez, 2021). Em todos os casos, foi realizada busca e sistematização de insumos das diferentes organizações integrantes da experiência, além da leitura exaustiva dos materiais disponíveis sobre a iniciativa. Posteriormente, com base nas informações coletadas, foram realizadas entrevistas para aprofundar a experiência com os atores e atores envolvidos. Por fim, a sistematização foi enviada às organizações de referência para socialização, retorno e encerramento do processo.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Paula Juarez

Edição e Revisão

Esther Martins e Gabriel Seghezzeo

Tradução

MF Traducciones

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezzeo

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino



Proyecto ejecutado por



Financiado por

